

Composição da Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB



Giovani
Culau e
Coletivo



Cassiá
Carpes



Jessé
Sangalli



José
Freitas



Karen
Santos



Pablo
Melo

004ª CUTHAB 05MAR2024

Pauta: Desassoreamentos: quais as ações por parte do Executivo Municipal de setembro (último mês de enchentes) até o presente momento.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): (10h10min) Bom dia a todos. Obrigado pela presença. Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB. O assunto de hoje é: desassoreamento: quais as ações por parte do Executivo municipal de setembro (último mês de enchentes) até o presente momento. Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Luis Felipe, da SMAMUS; do DMLU, o Sr. Marco Salinas; do DMAE, o Sr. Lucas Nadler; o Dr. Marcelo, que está sempre conosco aqui. Passo a palavra ao proponente, Ver José Freitas.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Vou fazer uma pequena explanação. Desde o ano passado, o atrasado, o outro e o outro, que nós estivemos na COSMAM... Então, vou ilustrar algumas visitas que fizemos através da COSMAM e algumas pelo meu gabinete.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Aqui vocês podem ver algumas matérias: “Porto Alegre reclama da ausência de serviços nas margens do arroio da Represa.” Inclusive aconteceu até morte ali, arrastando casa, e a moça veio parar no Guaíba. “Arroio Sarandi transborda e provoca alagamento em rua da Zona Norte de Porto Alegre.” Isso aí não é enchente, viu, pessoal, isso aí é só chuva torrencial. “Arroio Sarandi transborda, alaga ruas e bloqueia trânsito na Zona Norte”. Isso é conhecido de todos porto-alegrenses. “Rua da Represa: rotina sob a sombra de duas mortes e o medo de nova tragédia”. “Alagamentos e postos de saúde sem luz: Porto Alegre vive efeitos do ciclone.” “Chuva forte alaga ruas e provoca transbordamento de arroios em Porto Alegre”. Arroios Cavallhada, Capivara e Guarujá. “Corpo encontrado em arroio de Porto Alegre é de *motoboy* que estava desaparecido, confirma IGP.” Isso foi lá na Zona Norte. A COSMAM fez uma visita no arroio Passo da Mangueira, o Lucas deve trazer informações como está o andamento depois da visita. O Lucas é do DMAE.

Diante disso, pessoal, eu protocolei esse projeto para a gente começar a discutir a partir de então. Já está protocolado, já está tramitando nas comissões, inclui no inciso IX, § 1º e 3º, ambos do artigo 236 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, a elaboração de relatório anual acerca de arroios do Município e o seu envio à Câmara Municipal de Porto Alegre como ação permanente de planejamento, proteção, restauração e fiscalização do meio ambiente. É conhecido de todo mundo o tamanho dos problemas, e nós entendemos – por isso que nós vamos apreciar a esta Casa, à Câmara de Vereadores, esse PL – que se houver o desassoreamento correto, porque pelo que a gente tem andado e visto, o desassoreamento normalmente é feito só nas cabeceiras, e a gente entende que se houver em todo o vão de todos arroios vai evitar muitos incidentes e muitas enchentes. Então, por que não é feito o desassoreamento, aí vão estar os técnicos para explicar... Porque às vezes a própria SMAM... A gente se fica se perguntando “mas por que não fez todo o trecho?” “Ah, é porque tem uma maricá ali no meio, a máquina não pode entrar”, e por aí vai. Então, por isso nós temos que avançar. Esse projeto, eu acredito que vem para ajudar,

enfim, a construir, e construir junto com o governo o que pode ser feito para melhorar. Eu me lembro, Ver. Cassiá, se não me engano foi no governo Marchezan que nós votamos aqui, aprovamos R\$ 44 milhões para o desassoreamento – no governo passado – dos arroios, e a gente vê o desassoreamento somente nas cabeceiras, a gente não vê em todo o trecho, em todo o arroio, em todos os arroios. Diante disso, eu quero deixar umas perguntas aqui para os técnicos: o que o Executivo tem feito para evitar novos alagamentos? As ações. E em específico no arroio Mangueira, sobre os encaminhamentos firmados durante a visita da COSMAM, o que foi feito desde então. Eu acho que a Ver.^a Karen foi junto. A senhora estava lá também. Como está o processo do projeto de lei aprovado aqui na Câmara, que autoriza a Prefeitura de Porto Alegre a contratar operação de crédito de R\$ 43,1 milhões junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul – BRDE, para viabilizar as obras de macro e microdrenagem na região do loteamento do Túnel Verde, que é um dos maiores problemas de Porto Alegre. No extremos sul e norte ocorrem os maiores problemas, fora os outros. Então, era isso de início, presidente, vamos ouvir os colegas e técnicos. Obrigado.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Vamos aguardar a presença do vereador novamente à Mesa, que vai comandar os trabalho, que é de praxe na nossa comissão, o vereador proponente comandar os trabalhos. Agradeço, peço mais uma vez, sempre que forem, três, quatro, cinco vezes, que se identifiquem porque essas cópias taquigráficas são muito importante para nós e para vocês também.

(O Ver. José Freitas assume a condução dos trabalhos.)

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): De imediato passo a palavra ao Sr. Luis Felipe Dorneles, representando a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS.

SR. LUIS FELIPE DORNELES: Bom dia a todos, sou Diretor de Licenciamento e Monitoramento Ambiental em Porto Alegre, eu estava nesta vistoria que a gente fez ali, com todos vocês. A gente entende a importância desse trabalho; a parte que cabe mais à SMAM é a parte de regularizar, de emitir as licenças para que essas dragagem, para que essas operações sejam feitas; a gente tem há alguns anos, não me lembro agora de cabeça, uma licença de operação, que a gente chama de licença guarda-chuva, que abrange toda a cidade, para que esses trabalhos sejam realizados por outras secretarias, por secretarias competentes para isso. E a nossa parte, na verdade, é de regularizar, monitorar e fiscalizar essa parte; o pessoal vai fazer uma dragagem, uma drenagem enfim, de local – eles nos avisam, nos mostram qual, e a gente analisa, vê as possibilidades, tanto da parte de vegetação, quanto a parte de contaminantes, se for o caso, e autoriza a realização desse serviço. Então, eu acredito que o papel da SMAM nesse assunto é mais de regularizar, monitorar, emitir as licenças para que essas dragagens sejam realizadas. Não sei se os senhores têm alguma dúvida, mais alguma pergunta.

VREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado; qualquer coisa, nós te provocamos novamente.

SR. LUIS FELIPE DORNELES: Claro, estou à disposição.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Dr. Nelson Marisco, obrigado pela presença. Passo, de imediato, para o Sr. Lucas, técnico do DMAE, que está bem desse desassoreamento, ele que faz essa parte de levantamentos técnicos dos arroios, seja bem-vindo, Lucas, obrigado.

SR. LUCAS HOMEM NADLER: Bom dia a todos, represento o DMAE, sou gerente da Gerência de Logística, que é a gerência que cuida dessas questões de dragagem, mais as questões de dragagem macro porque, no DMAE, na minha diretoria, existem as distritais ou zonais, que fazem esse serviço mais

pontual; então, eles têm menos equipamentos, menos gente também; eles fazem essas dragagens de cabeceira ou de valos, mais superficiais. Quando a gente precisa de algo mais completo ou complexo, aí, sim, vai para minha gerência que detém os contratos para fazer esses serviços maiores. Eu montei uma apresentação, acho que fica mais fácil de a gente ilustrar o que estou falando. Como o assunto era especificamente as medidas que o DMAE tomou, a partir dos temporais de setembro, foquei mais naquilo que a gente fez a partir disso.

(Procede-se à apresentação.)

SR. LUCAS HOMEM NADLER: Então, primeiro uma explicação inicial: hoje o DMAE tem três contratos específicos para tratar sobre dragagem e desassoreamento – todos esses que vocês vão olhar ali são preferencialmente nas zonas que a gente contrata. O quer dizer esse preferencial? Quando a gente está precisando de um apoio maior numa zona que originalmente não seria atendida por aquele contrato, a gente consegue deslocar equipes para essa zona. Ali só repetiu, mas o último é “preferencialmente na Zona Norte”; então, a gente tem esses três contratos aqui nos atendendo; daí esses três que ficam ali na minha gerência. Então, desde o início, o que já foi investido: R\$ 17 milhões para o contrato da Dragagem Norte; R\$ 16 milhões para o da Dragagem Leste – Leste é o arroio Dilúvio; então, tanto a foz do Dilúvio, onde ele está hoje, quanto o que a gente dragou ali, foi da Rua Prof. Cristiano Fischer para baixo, em direção à foz; da Dragagem Sul R\$, 4,5 milhões. Especificamente o que vocês solicitaram, que são as medidas que a gente tomou a partir de setembro, de setembro a janeiro, que são os dados que eu tenho consolidado, a gente ainda não fechou as medições dos contratos de fevereiro; então, são esses valores ali. Então, para a Dragagem Norte, R\$ 1,1 milhão, mais ou menos, 24 mil metros cúbicos dragados; para Dragagem Leste, que desde setembro se concentra, basicamente na foz do Dilúvio, 1,5 milhão, 14,5 mil dragados, e, na sul, 1,3 milhão, 16 mil metros cúbicos dragados. Então esses valores a partir de setembro.

Aqui, então, dividido por contrato, os volumes em metro cúbico do que a gente dragou por mês a partir de setembro. No gráfico, o total da drenagem norte, da leste e da sul e Extremo-Sul. Aqui é tudo o que a gente fez a partir de setembro, a gente dividiu entre os trechos, os dragados e os transportados. Alguns valores casam porque foram trechos que a gente começou depois de setembro e terminou depois de setembro, outros não. Por exemplo, a João Salomoni a gente dragou mais do que os 1.477, enfim, eram as medidas a partir de setembro; o transportado não bate, porque, às vezes – depois eu vou colocar das nossas maiores dificuldades –, como tem alguns trechos que o acesso é muito difícil, a gente acaba por deixar o material ali para evitar mais pressões ou até para conformar taludes para também evitar novos alagamentos. Outro exemplo que os números não batem, a Vala Francisco Talaia de Moura porque a gente já tinha dragado e, a partir de setembro, a gente só transportou.

Um dos grandes problemas que a gente sofreu de setembro para cá foram as chuvas, dependendo da chuva e dependendo do nível dos arroios, a gente não consegue fazer o serviço por questão de risco, tanto dos equipamentos quanto das pessoas e quanto das moradias do entorno quando existem. Por exemplo, o contrato que atende a zona sul e Extremo-Sul, dias em vermelho na tela, eles ficaram parados de setembro até dezembro por causa das chuvas. Da zona norte ficou bastante tempo parado, a gente teve também uma questão de problema contratual que a gente colocou em azul na tela, mas ele ficou bastante tempo parado porque os níveis dos arroios da zona norte estavam muito altos. O da leste que é a foz do Dilúvio, bom, vocês todos devem ter acompanhado o nível do Dilúvio, os nossos caminhos de serviço, tudo que tem hoje na foz do Dilúvio são caminhos de serviço que nós fazemos para chegar o mais longe possível da foz propriamente dita e poder dragar. A gente ficou basicamente três meses parado, temos algumas imagens de satélite, levantamento por drone que ficaram completamente debaixo d'água os nossos caminhos de serviço. Normalmente quando baixa, a gente perde um pouco de material, tem que redragar e transportar para que, quando o nível do Guaíba sobe de novo, a gente não perca muito o material, por isso que ficou tanto tempo parado porque o

Guaíba ficou muito alto nesses meses. Um dos principais desafios dessas dragagens mais completas, vamos dizer assim, é a chuva. Na imagem, embaixo a gente tem um pedaço só daqueles montes de material dragado na foz do Dilúvio, embaixo disso estavam os nossos caminhos de serviço, por isso que a gente ficou tanto tempo parado. Na foto ao lado, é de uma dragagem que a gente, dependendo da chuva, até consegue trabalhar, mas, quando é muito forte, a gente para evitar acidentes. Se fossemos elencar de um dos principais problemas, para nós o maior são as ocupações das margens, porque isso nos complica bastante o acesso, quando tem acesso, complica bastante para gente conseguir fazer um serviço completo; como a gente fala no DMAE, a gente faz a dragagem possível. Tem locais que a gente não consegue acessar ou não consegue ir em todo o prolongamento do trecho porque, por exemplo, esta residência, da foto da esquerda, não deveria estar ali, provavelmente ela não tem nenhum projeto, não tem fundação e eu não tenho como colocar uma máquina, das nossas máquinas a mais leve tem 22 toneladas. Óbvio, a gente tem algumas Bobcats, algumas miniescavadeiras que a gente pode colocar, mas eu não posso correr o risco de derrubar esta casa só para fazer a dragagem de um arroio. Então isso é bem complicado para a gente fazer. A casa de madeira, na imagem, também, então não é nem questão de só chegar perto da casa, só a vibração de uma máquina, se a gente colocar, derruba uma casa dessas. Na foto de baixo, as margens completamente ocupadas por residência, então, quando é possível, a gente faz por dentro dos arroios, nem sempre é possível. Então, para nós, assim, o que eu considero de mais dificuldade são as ocupações das margens. A gente tem arroios que são supersimples de dragar; o Cavalhada a gente consegue dragar, fazer uma dragagem preventiva, porque não tem... Cavalhada, eu digo ali, entre a Icaraí e a Diário de Notícias, tanto que eu acho que desde o início do contrato a gente já deve ter dragado umas duas ou três vezes. É mais fácil, é mais rápido de fazer essas dragagens, mas quando tem ocupação nos dificulta muito.

Então a gente tem, quando possível, a gente consegue dragar por dentro do arroio, isso tanto para evitar supressões severas quanto para quando tem

alguma moradia que a gente não tem acesso, a gente consegue dragar por dentro, mas daí volta ao que eu falei anteriormente, a questão do nível, o nível tem que estar baixo para poder colocar uma máquina, mas isso a gente, em alguns arroios, a gente consegue fazer essa dragagem por dentro.

Muito resíduo urbano; tem dragagens que a gente basicamente não tira material de assoreamento, é lixo; isso a gente tem contado bastante com o apoio do DMLU, porque daí a gente retira, e isso sai como foco, mas é muito, muito resíduo. Então essas duas fotos aí acho que são as duas na Zona Sul, mas na Zona Norte também é bastante. Isso nos complica não só a questão da dragagem, mas a questão do destino, por isso que é extremamente importante esse apoio que a gente tem do DMLU, porque a gente, quando a gente destina para aterros de resíduo da construção civil, depois eu vou passar ali como é que a gente faz a classificação, só que isso aqui os aterros não aceitam. Então a gente tem, além de ser mais difícil de dragar, porque é o material mais molhado, não rende tanto, a gente tem o problema da destinação.

Há dificuldade de acesso, como eu falei para vocês. Então tem alguns locais, por isso até, por exemplo, esse ao lado direito acho que é na Gramado, eu não tenho certeza, mas esses aí sim a distrital, como eu falei, ela consegue fazer as dragagens só na cabeceira, que é um paliativo, para depois a gente entrar com os nossos contratos, com as miniescavadeiras para fazer por dentro do arroio, mas isso também a gente vai fazer; eu acho que a Gramado começa ali na rua Cedro, no Cavalhada, semana que vem, mas é um problema bem grande que a gente tem, por exemplo, com essa estrutura dessas casas. Então volta aos eslaides anteriores, por exemplo, que é o que eu disse que os nossos principais problemas, a gente tem vários problemas né, mas o principal problema são os as construções irregulares.

Isso aí a gente também cuida bastante, isso aí a SMAMUS nos cobra, e a gente cuida; então isso aí o pessoal sabe que é a menor supressão possível, se possível não suprimir para fazer a dragagem, e sempre com o monitoramento de fauna que a gente vê bastante bicho nas nossas dragagens. Então é mais algo que a gente tem que cuidar.

Aqui são, enfim, porque a gente tem uma programação que não é simplesmente chegar o pedido ou chegar a demanda, às vezes interna, a gente pega os equipamentos, pede para a empresa, vai para o trecho e começa a dragar. A gente tem uma vistoria inicial que a gente verifica se é possível dragar, se realmente é a dragagem que é o problema daquela região, porque pode ser por insuficiência de rede, pode ser que o episódio de alagamento, na verdade, não ocorreu porque está assoreado, mas sim porque a chuva foi muito forte. Então a gente faz essa vistoria inicial que a gente faz os o laudo de cobertura vegetal, quando é necessário, para fazer o pedido de supressão, se há animais ou não, qual é o cuidado que a gente tem que ter durante o serviço, e as coletas. É isso que eu tinha colocado antes dessa questão do destino. Então todos os locais que a gente faz a dragagem, a gente coleta as amostras, vai para laboratório, o laboratório nos dá o resultado, aí sim a gente decide, vamos dizer assim, para onde que vai aquele resíduo que a gente vai dragar futuramente. Esses relatórios, tanto os iniciais quanto os finais, a gente apresenta para a SMAMUS, para obedecer a nossa licença, e ali vai dizer qual é a quantidade de volume que a gente dragou, o resultado das análises, e para qual, para que lugar que a gente levou esse material.

Então, enfim, esse é o panorama geral, tanto das dragagens como um todo quanto do que a gente fez a partir ali de setembro.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado, Lucas. Uma pergunta. Esse material que é tirado de dentro dos arroios, a Prefeitura tinha ou tem um problema, principalmente quando tem esgoto junto; tem vários tipos de material; tem lugares que é lixo, que aí entra o DMAE, entra o DMLU, e tem aquele material que normalmente tiram para depois fazer o desassoreamento e que ficam na beira do valão ali, do valo, secando, enfim. Esse material, a Prefeitura tem onde largar hoje? Porque teria que ter um local específico e, normalmente, vai para o transbordo. Aonde tem ido esse material que é feito o desassoreamento?

SR. LUCAS HOMEM NADLER: A gente tem, enfim, algumas resoluções tanto do Conama quanto do Ibama que classificam o material de desassoreamento que não é perigoso como resíduo assemelhado ou pode ser considerado como resíduo da construção civil. Esse material, eu acho que vocês já devem ter acompanhado algumas dragagens, a gente deixa 15, 20 dias, dependendo do local, para secar. Ele sai realmente bastante escuro, mas 4 ou 5 dias, dependendo do local, ele já fica bem claro. É um aspecto, realmente, parece um lodo, parece um esgoto quando a gente tira, mas ele seca, é só pela umidade dele. Então, quando a gente faz essas análises, e ele não resulta em resíduo perigoso, temos encaminhado para o aterro da construção civil. Hoje, em Eldorado, eles têm uma segregação. Quando passa alguma coisa de resíduo urbano, eles mesmos segregam e, quando é na Zona Sul, tem também um local licenciado que eu acho que era uma antiga..., eles retiravam a argila antes. Têm uma licença da SMAMUS também para recuperar as cavas, então, eles têm usado o nosso material para preencher essas cavas. A gente está tentando com um aterro ali do lado, entre a Coca-Cola e a ETE Sarandi, que é o aterro da Ábaco, para tentar colocar o nosso material lá, mas eles são mais restritivos que esse de Eldorado. Como não têm triagem, o material tem que ser bem mais limpo. Tem alguns locais na Zona Norte que aceitam, e os que eles não aceitam, a gente tem mandado para Eldorado, porque não tem viabilidade econômica para levar à Zona Sul.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Aquele aterro que está sendo feito ao lado da ETE, ali da *freeway* que você mencionou, vai ser feita construção futuramente ou é só para aterro mesmo? Só para descarte desse material?

SR. LUCAS HOMEM NADLER: Eu acho que vai sair um loteamento lá. Eu não tenho certeza, o que eu sei é que eles recebem esses resíduos e estão usando para nivelar o terreno. Já temos algumas negociações com eles, têm alguns outros contratos do DMAE de obra mesmo que larga lá ou só o resíduo de dragagem. A gente colocou algumas cargas lá, mas realmente eles são bem

mais restritivos que Eldorado, por Eldorado ter essa segregação que eles não têm. Então, não é em qualquer trecho que a gente consegue colocar o material.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado, Lucas. Sr. Luis Felipe, da SMAMUS.

SR. LUIS FELIPE DORNELES: Sou o Luis Felipe da SMAMUS. Eu só queria responder à pergunta. Sim, o aterro da Ábaco tem projeto para construção de um loteamento no futuro, quando esse aterro se esgotar.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado. Algum vereador gostaria de falar agora? Pablo? O Pablo chegou, faz parte da nossa comissão aqui, muito bom dia. Tem muitos alagamentos que acontecem, eu queria saber, em relação ao DMLU, essa questão principalmente de conscientização que a gente sabe que o DMLU tem e não é suficiente, porque a gente sabe que muitos alagamentos e enchentes, às vezes, acontecem, porque tem um sofá lá na boca do..., na sala do riacho. Então, passar para o Salinas do DMLU para saber das ações.

SR. MARCO SALINAS: Bom dia a todos e a todas. Marco Salinas, diretor de Gestão e Educação Ambiental do DMLU. Bem, vereador, o trabalho de educação ambiental acho que se caracteriza por uma fala, por uma palavra dentro de Porto Alegre que é resiliência. Apesar dos projetos todos que colocamos para rua, no caso do sofá especificamente, nós temos o projeto Bota-Fora, que é o recolhimento de grandes volumes em área de vulnerabilidade social e de baixo IDH, que é um serviço gratuito para a Prefeitura, previamente anunciado com calendário semestral. Colocado esse calendário através do Orçamento Participativo pelas próprias comunidades que requerem e que mantêm essa necessidade desse recolhimento, mas é uma luta um pouco incansável. Eu costumo dizer que, enquanto a gente não conseguir um pacto social com a população, vai ser um tanto complicado. Fora isso, nós temos os projetos de

plântio urbano sustentável, onde a gente consegue entrar na comunidade e agremiar essa comunidade na troca do foco de lixo por um ajardinamento, para que haja um pertencimento deles por esse espaço. São projetos que vêm dando certo, não na velocidade que nós gostaríamos, mas eles vêm dando certo. Os números são favoráveis, tanto que no início dessa gestão, existem os focos de lixo que são caracterizados como crônicos, que são aqueles que a gente monitora e que há descarte de manhã, de tarde e de noite. Aqui no número inicial nessa gestão era o de 423, no final do ano a gente fechou esse número com 233, agora a gente está se aproximando de 187, 182. Mas lembrando que isso é aquele foco crônico, que a gente não consegue eliminar o foco, fora aquele outro que joga um sofá na esquina, a gente recolhe e fica tudo bem. Só para vocês terem uma ideia, com a limpeza de focos mensalmente em Porto Alegre, o DMLU gasta exatos R\$ 18 milhões, só com limpeza de focos, mas o trabalho continua, a gente continua dentro das assessorias comunitárias, a gente trabalha dentro das associações de bairro, dentro das igrejas ou onde a gente consiga agremiar a população, levando esse caráter de sustentabilidade, informando sobre a segregação de outros resíduos, e, principalmente, informando sobre os serviços do DMLU, porque às vezes as pessoas desconhecem. Assim como nós temos o projeto Bota Fora, nós temos sete UDCs em Porto Alegre e continuamos abrindo mais UDCs para que a população tenha acesso a esses lugares de grande volume e evite a formação do foco de lixo. Infelizmente nós temos, na questão de arroios, nós somos mais reativos do que proativos do que conseguimos ser. Então nós tentamos auxiliar o DMAE na destinação do que é retirado de lixo dentro arroio, mas propriamente nós não possuímos contratos dentro do DMLU que nos acessem ou que prestem esse tipo de serviço para o DMLU. Então a gente procura fazer a margem, procura fazer esse trabalho de conscientização, mas ainda contamos com boa vontade da população para que nos auxilie. Existem lugares, e agora está havendo ainda uma grande demanda, depois da última tempestade que houve, da queda de galhos, as pessoas também perderam muitos itens dentro de casa, os quais continuam dispendo erroneamente em lugares impróprios, na rua, na beira de arroio, nas esquinas...

Esse é um trabalho que está dificultando a volta da normalidade do serviço prestado ao DMLU. Não sei se me fiz claro, se tem mais alguma informação.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): É isso, obrigado. O Sr. Marcelo Coelho está com a palavra.

SR. MARCELO COELHO: Bom dia, sou servidor da Secretaria da Vigilância em Saúde do Município, trabalho especificamente como o ponto focal do programa nacional Vigidesastres. A gente atua basicamente nos efeitos dos alagamentos, dos desastres naturais, e o que a gente tem feito para tentar minimizar esses efeitos é trabalhar um pouco previamente na questão de alertas de tempestades. O programa de Vigidesastres do Município de Porto Alegre tem como público alvo a rede de saúde. Então a gente tem como preocupação tentar deixar a rede de saúde um pouco mais preparada para os eventos que possam impactar na população. Então trabalhamos com alertas para a rede de saúde, alertas de desastres e possíveis desastres e também trabalhamos junto à estrutura dos abrigos, das abrigagens, quando o Município tem que abrigar o pessoal que tem que sair das suas casas. Os colegas expuseram bem quais os problemas que temos nessas margens de arroios. Para a Secretaria de Saúde, quanto menor a população que está sujeita a esse tipo de intempérie é melhor, porque nós não temos daí os efeitos que um alagamento proporciona. Então eu estou à disposição dos senhores para o que for necessário esclarecer. Como eu sou da Vigilância, temos colegas aqui na plateia que são da Secretaria especificamente que podem esclarecer um pouco melhor a questão de atendimento.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado, Marcelo. A Ver.^a Coletivo Cuca Congo está com a palavra.

VEREADORA COLETIVO CUCA CONGO (PCdoB): Bom dia todos e todas, eu sou a Ver.^a Cuca, sou servidora pública municipal também, queria trazer algumas questões. Primeiro, elogiar a proposição desse tema caro para a nossa cidade,

importante para a nossa população. Queria trazer algumas questões e perguntar se temos previsão de ampliação de contratos de desassoreamento para a cidade. Como tem sido o impacto? Foi apresentada aqui a questão das casas em áreas de risco, e gostaria de saber qual é o procedimento da Secretaria de Habitação em relação a isso. E, também, provavelmente eu acredito que tenha um grande número de moradores de rua também que estão, muitas vezes, nessas áreas, e qual é o encaminhamento que é dado pela Prefeitura. E a última questão é que a gente sabe, é sabido aqui pela Câmara, inclusive, foram aprovados na Câmara contratos emergenciais, para dar conta da falta de recurso humano: qual é o impacto também da falta de recurso humano na fiscalização dos arroios, de todo esse processo? Seriam essas perguntas.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado. Quem é que quer responder? Lucas.

SR. LUCAS HOMEM NADLER: Sou do DMAE. Em relação à ampliação dos contratos, como esses contratos são relativamente novos, a gente pode renovar eles até cinco anos pela lei antiga, eles estão no terceiro ano. O único que não está no terceiro é o Sul, mas, a partir de abril, vai estar no terceiro ano. Com a migração do DEP para o DMAE, a gente perdeu bastante histórico das informações. Os nossos contratos hoje têm um valor bastante alto, tem alguns serviços que a gente não tinha previsto, que a gente tem ajustado. Por exemplo, essa questão da miniescavadeira, a gente não tinha previsto nenhum contrato, a gente já conseguiu colocar na Sul para a questão dessas limpezas de vala em que o canal é mais estreito ou tem bastante interferência de supressão ou de casas, mesmo assim, a gente já está trabalhando para lançar novos contratos que substituiriam esses. Agora a gente já tem uma bagagem de quais são os principais arroios que a gente tem que ficar voltando de seis em seis meses, ou de um em um ano. A gente tem um passivo muito grande, eu tenho uma lista de pedidos de providências, MP, justiça. A gente tem planilhado, mas, se a gente for colocar numa planilha, a gente tem dragagem para fazer nos próximos quatro

anos, desconsiderando os arroios que eu tenho que voltar dentro desses quatro anos.

Em relação à fiscalização, a gente tem hoje, a minha gerência tem três temporários, dois trabalhando comigo e um específico, auxiliando nas dragagens, porque a gente tem muita demanda que a gente precisa colocar em ordem de prioridade por urgência, por quantidade de pedidos, por complexidade, por necessidade ou não de supressão, por capacidade de o aterro receber aquele tipo de material que a gente vai destinar, que a gente só vai saber quando fizer vistoria. Realmente, se os contratos hoje, em média, eles têm uma, duas frentes, no verão, a gente tenta colocar, como os níveis dos arroios estão baixos, até quatro frentes, e eu preciso, de fato, de gente para fiscalizar essa quantidade de frentes. A gente tem ali de fiscal, especificamente, para os contratos de dragagem, trabalhando em campo, a gente tem quatro, com o suporte da questão do ArcGIS, que a gente está tentando fazer alguns levantamentos, mapas, eu tenho mais um, e para receber as demandas mais um, essa é a equipe que cuida dos contratos de dragagem. Realmente, se fosse colocar a questão de cada contrato, são três contratos, duas frentes, eu teria seis lugares trabalhando ao mesmo tempo. Pedidos novos, eu teria que deslocar alguém para fazer essas vistorias com a empresa, porque a gente precisa fiscalizar as empresas. Todas as vistorias precisa ter alguém acompanhando para saber de fato qual é o serviço que tem que ser feito e como ele deve ser feito, e, depois, na execução propriamente dita, a gente também fiscaliza.

Em relação aos procedimentos para habitações irregulares. Eu tenho, quando são casos mais complexos e que a gente imagina que pode ter uma repercussão não tão boa, eu tenho aberto processos e encaminhado para a Prefeitura, para ela também nos dar um apoio. Depois da Prefeitura, a gente começou a fazer isso faz pouco tempo, daí tramita... Aí eu acho que é mais fácil os colegas da Prefeitura explicarem, mas o que a gente tem feito enquanto dragagem é, quando a gente tem visto que os locais que a gente vai dragar ou desassorear têm muita habitação irregular ou habitações que podem atrapalhar o nosso

serviço, eu abro os processos e encaminho para Prefeitura. Se não houver a resposta no tempo hábil, porque a gente precisa dragar, bom vocês...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. LUCAS HOMEM NADLER: Senão a gente não estaria aqui, a gente tem bastante coisa para fazer, a gente draga com a dragagem que eu falei anteriormente, a dragagem possível, até porque a gente sabe que questão de remoção ou de famílias ou de morador de rua não é tão rápida como a gente gostaria, e o contrário é bastante rápido. Então o exemplo: a gente estava dragando... No final do ano passado, a gente fez um uma vistoria na Av. Severo Dullius, que a gente iria dragar os dois lados de um canal que fica perpendicular à Av. Severo Dullius, quando a gente fez a vistoria, não tinha ocupação, a gente começou a dragar dois, três meses depois, a gente só conseguiu dragar de um lado, porque no outro já tinha ocupação – isso em três, quatro meses de diferença.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Lucas, antes de eu passar para o Ver. Cassiá, eu vou fazer duas perguntas para ti. Tem situações que, digamos, uma foi lá na Lomba do Pinheiro, em que eu visitei lá o arroio, e outra foi lá no Manecão. “Ah, esse trecho aqui não é feito desassoreamento porque tem aquele maricá ali, tem muito arbusto aqui” – existe isso? Essa é uma pergunta.

E a outra pergunta: depois da visita que nós fizemos da COSMAM lá no arroio Passo da Mangueira, que tinha que ser feito, se eu não me engano, 300 supressões ou mais de árvores lá, se está andando isso, como é que está a situação do arroio Passo da Mangueira?

SR. LUCAS HOMEM NADLER: Bom, em relação às supressões, como eu falei, tem o serviço aquele mais pontual, mais rápido, que são as distritais que fazem. De fato, como elas não têm as equipes que os nossos contratos ali têm, se tem

a necessidade de suprimir ou de um equipamento mais robusto, eles não fazem, mas nós fazemos. Eu, acho que desde o início dos contratos, antes eu fazia o licenciamento do DMAE e, agora, eu faço, de fato, os contratos, eu nunca vi a SMAMUS negar qualquer corte para nós. Mas o que pode ter acontecido – eu imagino – nessa vistoria é que, se é a equipe da distrital, realmente elas não têm os equipamentos e não têm, vamos dizer assim, toda a infraestrutura que os contratos de dragagem têm. Daí, claro, entra na nossa programação, entra na nossa fila, que é bem grande para, em algum momento, a gente conseguir fazer. Em relação ao Passo da Mangueira, os últimos processos que eu acompanhei a SMSUrb tinha dado um uma previsão, se eu não me engano, de fazer os cortes em janeiro e fevereiro, eu acredito que ela não tenha feito, porque daí teve toda a questão do temporal, enfim, não sei se eles... Mas eu acho que seria mais produtivo ver com SMSUrb mesmo. O que nós ainda não fizemos de dragagem foi por toda aquela questão: precisam ser suprimidas as árvores; depois de suprimidas, a gente precisa ver como é que daí fica a questão das paredes, porque, de novo, as nossas máquinas são bem pesadas, às vezes, dependendo do local, se a gente for com uma delas, a gente mais piora a situação do que resolve.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Então essa questão da supressão lá do Arroio Passo da Mangueira tem algum processo em relação a isso da parte do DMAE? Ou nós cobramos da...

SR. LUCAS HOMEM NADLER: Eu acho que devem ter uns três ou quatro pedidos de providência que estavam fazendo o andamento no processo, em específico que foi aberto pelo DMAE, eu acredito que não. Daí dessa... (Ininteligível.) ...eu não tenho conhecimento. Mas os que eu coloquei para o senhor que eles tinham dado essa previsão são os pedidos de providência.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Peço à assessoria lembrar de nós cobrarmos essa supressão lá do Arroio do Passo da Mangueira, por favor. Obrigado, Lucas. Passo ao Ver. Cassiá Carpes.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Mais uma vez, bom dia a todos. Bom, com a minha experiência, eu sinto algum desconforto aqui. Se fala muito em contratos, se fala muito em algumas questões burocráticas, mas eu não vejo – e aí é a minha pergunta – quem comanda esse trabalho de desassoreamento, é o DMAE? O DMAE só fala em contratos, e o dia a dia? O serviço urbano não está aqui, nós vimos vários órgãos aqui e naturalmente eu quero saber... Eu vou só citar um caso: na época, eu fui secretário de obras, a SMOV era forte e tinha poder, quem comandava, a Defesa Civil não existia, procurador, e nós fazíamos, aí sim, um conselho com todos os órgãos da Prefeitura, para que, quando surgisse um problema dessa natureza, já tivesse formado aquele grupo de trabalho. Hoje existe a Defesa Civil, são coisas diferentes.

Eu vejo aqui, não é a primeira vez e isso me preocupa, que as comissões estão sendo cobradas pela sociedade, mas nós estamos encontrando algumas dificuldades no Executivo, que é essa questão da coordenação de trabalho. O desassoreamento atinge todos os órgãos aqui e outros que não vieram, mas eu pergunto: quem coordena esse trabalho? O representante do DMAE falou muito em contrato e isso, vence e vem e vai. Se é o DMAE, ele tem que coordenar o trabalho, não é a questão de ter o contrato, o contrato é normal, a Prefeitura faz o contrato, tem a assessoria da PGM, etc. Agora, eu estou vendo muita dificuldade nessa integração. Estou sendo sincero, como vereador e como ex-secretário. Ou seja, nos obrigavam a fazer parceria, porque sem parceria não existe ação. Vai o DMLU fazer uma ação isolada, vai o DMAE lá – que é o primo rico, que está com os contratos –, a SMAMUS, com emenda, que é importante também, o serviço urbano hoje ocupa um espaço muito forte, que era praticamente o que exercia a minha SMOV daquela época, fazendo meio de tudo. Então, eu estou vendo essa dificuldade. Pergunto a vocês: quem coordena esse trabalho de desassoreamento durante o ano? É a pergunta que eu faço

para vocês. Estou falando para vocês porque eu não senti aqui a firmeza de que uma secretaria comanda esse trabalho. Por gentileza, o procurador está com a palavra.

SR. NELSON MARISCO: Bom dia a todos. Meu nome é Nelson Marisco, sou procurador do Município porto Alegre e trabalho na área de urbanismo, meio ambiente e patrimônio público. O senhor sabe que quando chegou o convite lá na Procuradoria, eu disse: “Olha, eu quero ir.” Primeiro, porque eu acho muito importante o trabalho das comissões; e porque eu tenho vivenciado isso no meu dia a dia. Eu estou com um problema específico que eu tenho tratado, e era sexta-feira, tarde da noite e eu estava conversando com o presidente da FASC, porque envolve isso que o colega do DMAE mostrou. A questão do desassoreamento quem comanda é o DMAE, ponto. Porque a responsabilidade é do DMAE. Ponto. Talvez eu verifique que está faltando uma conversa mais próxima, exato, esta comissão, algo para tratar disso. Porque isso é um problema sério. E é algo bom do Município a questão dos arroios, é como a questão das árvores, as árvores não são ruins, é uma qualidade do Município de Porto Alegre. A mesma coisa são os arroios, só precisam ser cuidados, precisam ser desassoreados. E daí nós entramos na questão da habitação.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Que não veio hoje aqui...

SR. NELSON MARISCO: Da habitação, da questão social. Eu tenho aqui, desculpem, mas eu vim aqui... “Em 29 de setembro de 2021 foi instalado pela Promotoria de Justiça e Defesa do Meio Ambiente o inquérito tal, que objetiva apurar os danos ambientais decorrentes da erosão e eminente desmoronamento de arroio na Vila Chimarrão, localizada em Rua Aparecida, nº 25, Vila Nossa Senhora Aparecida, bairro Sarandi...”(...) “A representação que deu origem à investigação advém de *e-mail* enviado pelo Sr. Aloísio Rosa de Melo, assessor parlamentar do gabinete do Ver. Jonas Tarcísio Reis.” Então, começou aqui na Câmara, redundou numa ação contra o Município, e foi feito o trabalho, tem a

eliminar para que a gente, o Município, defira os efeitos da tutela para – determinaram – “o Município promova imediata interdição da área de risco, identificadas às margens do arroio; realize a imediata remoção das famílias que ali se encontram residindo, transferindo para área segura e adequada; e adote as medidas para evitar o prosseguimento da erosão e dos desmoronamentos.” Então, é uma decisão judicial, que nós temos dificuldade para cumprir. Foram retiradas várias famílias, só que tem uma mulher lá, a coitada, é uma pessoa que veio de fora, ela tem até dificuldade para falar o português, ela tem problema de drogas, ela perdeu a guarda dos três filhos – perdeu a guarda dos três filhos! –, só que ela não tem para onde ir, tem dificuldade para encaminhar até mesmo benefícios sociais, por conta de estar sem documento, sem documentação. Então eu estou tratando disso com a FASC, era sobre isso que eu estava conversando até tarde com o presidente da FASC: “Olha, alguma coisa a gente precisa fazer, porque a pessoa está lá, naquela condição, é uma daquelas casas ali à beira do arroio...” E como esse, nós temos outros casos que chegam na Procuradoria. Então, é algo que realmente me preocupa, especialmente por essa questão do cunho social, do tratamento humanitário que precisa ser dado a essas pessoas para que a gente possa fazer isso. É uma questão simples do meio ambiente, um direito de todos, mas que a gente precisa ter essa responsabilidade social com essas pessoas.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Dr. Marisco. O Dr. Marisco está falando e puxando outros órgãos no mesmo problema, nas mesmas ações. E eu vejo essa dificuldade de ações. Já não é a primeira vez que eu noto aqui essa questão da falta de integração das secretarias, e aí fica pingando lá, Dr. Marisco, uma decisão jurídica. Quando, na verdade, eu acho que o DMAE tem que começar a assumir. Desculpe, Lucas, mas nós notamos que tu falaste muito em contratos. Contrato é natural. Se não houver contrato, não tem empresa. Há muitas empresas que tu citaste que tão fazendo esse cuidado, estão recebendo, passam o ano, periodicamente, fazendo. Só que tem o seguinte, o que eu tenho notado aqui, por minha percepção e experiência, é de que não existe uma ação.

Aí vai lá para o DMAE ver se tem contrato, se tem que ver isso, e o Dr. Marisco falou que deságua tudo lá na Procuradoria. Então, me parece essa percepção, e o Dr. Marisco teve que afirmar aqui que é o DMAE. O DMAE tem esse conjunto de pessoas de vários órgãos para debater essas questões? É uma pergunta.

SR. LUCAS HOMEM NADLER: Bom, talvez eu acho que eu tenha citado demais a questão dos contratos, mas todo o serviço que os contratos fazem é demandado e programado por nós. A gente tem aqui...

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Por nós, quem?

SR. LUCAS HOMEM NADLER: Por nós, DMAE. Então, eu tenho aqui, é só um rascunho, eu posso apresentar para vocês, mandar por *e-mail*, a programação toda deste ano. Todos os arroios que a gente vai fazer, a gente programa, a gente faz essas vistorias que eu expliquei anteriormente. Quando a gente detecta essas questões de problema de supressão, a gente encaminha para fazer os laudos, e problema de habitação a gente encaminha para a Prefeitura, mas nada...

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Só uma pergunta, vou voltar lá. Não existe uma equipe de trabalho? Quando surge o problema, liga para o DMLU, se é problema do DMLU; para a SMAM, se é da SMAM, mas não existe permanentemente um grupo de trabalho?

SR. LUCAS HOMEM NADLER: A gente acaba fazendo cada região. Então, cada região...

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Cada um por si?

SR. LUCAS HOMEM NADLER: Não, não seria cada um por si.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Tu suscitais as outras quando surge o problema?

SR. LUCAS HOMEM NADLER: Exatamente, mas como o doutor falou, o dono, vamos dizer assim, desse serviço é a gente. Então, é a gente, é o DMAE que solicita apoio para as outras secretarias.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Sim, mas por que vocês não fazem um conselho permanente? Se cada vez tu tens que suscitar essa ou aquela secretaria, por que não tem já definido quem trata lá na outra secretaria com vocês de imediato? Essa questão burocrática, ela nem é burocrática, porque ela foge até da burocracia. Não tem ação em conjunto. Agora eu entendo porque o DMAE está nessa confusão aí há muito tempo, ou seja, não delega, não faz um grupo de trabalho, e isso atrasa os problemas. Tem ações que não dependem de contrato, dependem de ações do dia a dia da cidade, e eu conheço quase todos os órgãos. Agora eles precisam ser demandados. Existe na vida uma questão muito séria: quem não demanda, não consegue. E eu até entendo a questão da Procuradoria que, quando o problema chega lá, procurador, já está numa relevância muito grande a favor ou contra alguém.

SR. NELSON MARISCO: E, como o senhor falou, não adianta; vai chegar e, ainda assim, a questão precisa ser resolvida internamente entre as secretarias. A questão social, a questão ali das pessoas, há um encaminhamento para que, depois, o DMAE possa realmente entrar. Mas, claro, precisa dessa coordenação, que eu acho que é o que está faltando, e eu acho importante.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Então, a minha participação se encerra aqui com esse objetivo. Eu tenho insistido quando venho aqui que eu tenho notado que vários assuntos da nossa comissão, e acredito que das outras também, falta essa integração entre as secretarias pertinentes ao assunto. Inclusive, o DEMHAB não está aqui. O Vitorino, que é o adjunto da Secretaria de

Serviços Urbanos, está aqui o nome dele, não apareceu. Então, isso atrapalha o nosso trabalho também.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): O Vitorino tem fugido de mim como o diabo foge da cruz. O secretário Marcos me atende muito bem, atende o telefone quando eu ligo, e o Vitorino foge de mim. E ele deu o nome aqui, disse que iria participar e não veio, seria muito importante.

E o DEMHAB foi uma falha nossa, viu, vereador. O DEMHAB fomos nós que não convidamos, foi uma falha, hein, Luiz? O DEMHAB foi uma falha nossa não chamar. Então, nessa questão desassoreamento, tem que estar o DEMHAB, tem que estar a FASC, porque tem várias questões, como a gente viu hoje aqui. Ver.^a Karen Santos.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Bom dia, colegas, bom dia a todos e todas; primeiramente, quero te agradecer, Lucas, pela apresentação. Eu quero encaminhar nesta comissão que a gente chame novamente aqui os trabalhadores do DMAE para trazer um raio X de como é que está a situação do departamento, porque eu acho inclusive desrespeitoso cobrar do DMAE algo que hoje ele não tem autonomia. Quando o Lucas coloca aqui que são pouquíssimos fiscais para dar conta de todos esses contratos que estão sendo executados aqui no Município, me chama a atenção, porque o Roberto Robaina, meu colega vereador do PSOL, está tentando encaminhar inclusive uma CPI nesta Casa se tratando de um contrato específico da MG Terceirização e a relação com o antigo diretor, o Alexandre Garcia, envolvendo propina. Então, tem que ter fiscalização, Ver. Cassiá, em relação a todos esses contratos. E hoje o departamento está cada vez mais minúsculo. Ele assume as funções do DEP em 2019, e, desde então, a gente não tem concurso para novos servidores para cumprirem esse papel de fiscalizar toda a terceirização e a contratualização, que é uma política do teu governo. Então cobrar do servidor público que tenha a autonomia... Os servidores vêm denunciando inclusive, Marisco, tu podes me lembrar a ação em que o DMAE ganhou na época ainda da gestão do Marchezan, em se

tratando da autonomia, da ingerência do governo municipal na gestão do departamento. E, em relação ao superávit dos 400 milhões hoje que estão em mãos do departamento, que é um departamento superavitário, que traz dinheiro para o Município, e a dificuldade de a gente conseguir utilizar esses recursos para expandir e para qualificar a rede.

Queria que tu me atualizasses, Marisco, dessa situação envolvendo essa multa da ingerência do governo Marchezan na gestão do DMAE. E também por que que a gente ainda... Porque já teve o encaminhamento de ter concurso público e por que que ainda não foi encaminhada a execução desse concurso se já foi inclusive aprovada a necessidade da realização desse processo seletivo. Não sei se consegues me atualizar, Marisco?

SR. NELSON MARISCO: Quanto ao primeiro questionamento, sim, porque, na época, eu atuei. Existiu, em verdade, foi uma decisão do Tribunal de Contas do Estado que impedia que o Executivo municipal, que o prefeito ingerisse na administração da autarquia do DMAE. Foi isso, essa decisão foi do Tribunal de Contas do Estado. E o Município entrou com a ação na justiça e conseguiu cassar essa decisão. Ou seja, que o prefeito, como gestor máximo, seja o prefeito que for, poderia sim ter uma ingerência nas decisões que envolvessem a autarquia. Agora, aquele seu outro questionamento sobre o concurso do DMAE eu não sei informar, vereadora.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): O Ministério Público de Contas pede multa contra ex-prefeito de Porto Alegre por gestão do DMAE. Da Camino também solicita processo para acompanhar procedimento sobre desestatização do departamento. Chegaste a acompanhar isso, Marisco?

SR. NELSON MARISCO: É outro assunto, eu não conheço.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): A ingerência do Marchezan na possibilidade...

SR. NELSON MARISCO: Mas isso é recente?

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): É Marchezan, decisão de 2022. A decisão da multa que multou o ex-prefeito de Porto Alegre por ingerência no departamento é de 2022, mas a ação é de 2019.

SR. NELSON MARISCO: Teria que ver para te responder com certeza.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): A Sra. Angela gostaria de falar, mas antes eu faria uma pergunta: em média, nos setores, nas secretarias tem o setor comunitário. O DMAE tem o setor comunitário?

SR. NELSON MARISCO: Tem, tem uma assessoria comunitária.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Pois é essa pessoa que tem que fazer essa ligação lá com as comunidades, trazer o problema e, conseqüentemente, ajudar também. Eu quero aqui deixar bem claro que não é nada contra ti, estás fazendo a tua parte, mas os outros têm que fazer também. Então essas são observações por que a gente tem certa experiência de como funciona. Tem vários órgãos dentro de uma secretaria, do DMAE, que tem que ter a capacidade de ajudar vocês nessa ligação com a sociedade e com os outros departamentos de outras secretarias. Angela, por gentileza. Mais uma vez agradeço a tua presença aqui. A Sra. Maria Comunal Gomes está com a palavra.

SRA. ANGELA MARIA COMUNAL GOMES: Obrigada, bom dia. Eu estou em dois espaços que eu acho bem importantes. Eu sou presidente da UMPA hoje, e também estou na assessoria do Ver. Giovanni Culau e Coletivo e sou moradora

de um dos locais que foram apresentados aqui, que é no Morro da Cruz São José, onde fica o arroio ali na represa, onde já teve duas mortes.

Tem o problema da habitação, mas, quando a gente fala da questão da habitação porque essas pessoas estão morando ali, é porque a gente realmente não tem um programa habitacional em que essas pessoas possam estar indo, a não ser para esses locais mais, vamos dizer, inaceitáveis para moradia, que são as encostas de arroio e as encostas de morro. Já teve alguns deslizamentos ali no Morro da Cruz, principalmente na Nove de Junho, e a gente não tem resposta. A gente já caminhou, com o pessoal do OP, às secretarias, mas ainda não obtivemos respostas do que vai ser feito nesses espaços.

É complicado a comunidade não saber desses encaminhamentos, e isso demorar muito. Por exemplo, nessa questão das duas mortes que houve, teve um tempo entre uma e outra, e a gente não tem este retorno do que está sendo feito, o que está sendo projetado para se fazer. Bom, pode estar sendo feito algum projeto para um, dois, três, quatro anos, como assim está acontecendo com a questão da falta de água no Morro da Cruz, mas a gente precisa saber. Então, se tiver, – como boa a sua pergunta – essa assessoria comunitária, eu acho que precisa informar as comunidades o que está sendo feito, o que está sendo planejado, isso é importante. Então, só isso, queria colocar desse formato, que é preciso informação também para a população de Porto Alegre do que está acontecendo na realidade.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Angela, passo a palavra ao proponente, Ver. Freitas.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado, Angela. Alguém quer responder? Não? Mais algum vereador? (Pausa.) Ver. Pablo, gostaria de fazer uma fala? (Pausa.) Ver. Jessé? (Pausa.) Ver.^a Cuca?

VEREADORA COLETIVO CUCA CONGO (PCdoB): Eu queria reforçar a questão que foi colocada aqui pela Ver.^a Karen, que nós vivemos um processo

de desmonte no Município de Porto Alegre no serviço público, e o DMAE é um exemplo disso, que chegou a tentar trabalhar com um terço do efetivo necessário para dar conta das demandas da cidade. Eu quero reforçar essa questão e dizer que a gente tem que se dirigir ao Executivo para que ele possa prover, tanto esse departamento quanto as outras secretarias, de recurso humano e que possa fazer essa articulação, prover essa articulação entre todas essas secretarias. Eu acho que a Angela também traz um outro enfoque importante, que nós temos esse déficit habitacional, nós temos essa necessidade de dar conta da assistência social, e isso muito não se dá em função de uma política que não prioriza o povo de Porto Alegre. Eu acho que a gente tem que trazer para falar também sobre esse ponto, a questão do DEMHAB e a FASC para compor esse quadro necessário para nós podermos... não é possível, Ver. Freitas, dar conta dessa temática sem essas outras instâncias e sem a própria Prefeitura, sem o próprio Executivo na verdade. Então quero indicar essa questão.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): *Ok, mais alguém da plateia gostaria de se manifestar? Alguém da mesa? Bom, o meu sentimento, vereadores, eu provoquei esta discussão, é como se nós pegássemos um novelo e puxássemos só a pontinha dele assim, e sai o aprendizado aqui que nós temos que, para essa discussão, trazer mais atores para a mesa. Dentro do que o Ver. Cassiá colocou, o Lucas fez uma excelente apresentação, por exemplo, lá na questão do Arroio Mangureira, dentro do que o senhor falou, Ver. Cassiá, se houvesse esse grupo de trabalho para decidir: “Vamos resolver, a COSMAM esteve lá, os problemas são esses, vamos sentar aqui e vão resolver o passo da Mangureira”. O Arroio Mangureira, quando dá uma chuva torrencial, sobe e alaga a rua, entra água nas casas, nos pátios. Então, está faltando esse grupo de trabalho para resolver questões pontuais, porque senão a gente fica enxugando gelo. Quantos anos faz? Eu fui duas vezes pela Comissão, nos anos que eu fiquei dentro da COSMAM, só pela Comissão fui duas vezes lá, e nada aconteceu. Agora, o Lucas nos trouxe que está parado porque tem que fazer a*

supressão. A gente entende que teve o temporal e devastou a cidade, até hoje não conseguiram resolver tudo em relação ao recolhimento, inclusive, das árvores e dos galhos, enfim, ainda tem pela rua. A gente sabe que houve isso, mas é muito tempo para fazer essa supressão. Aí entra a secretaria afim lá para arrumar o talude, enfim, que está caindo tudo, desmoronando tudo, e, cada vez mais, vai se agravando. Inclusive, na última vez que nós estivemos lá – lembra, Ver.^a Karen? – o asfalto já estava descendo. Imagina como está hoje? Então, daqui a um pouco, a Prefeitura gasta muito mais. Então, acho que sai esse encaminhamento aqui e um aprendizado para nós que tem que haver esse grupo de trabalho dentro do governo para ir resolvendo as coisas pontuais.

Algum vereador gostaria de fazer sua fala? Ver. Cassiá? (Pausa.) Eu fiquei satisfeito com a apresentação, eu acho, inclusive, Lucas, eu gostaria de uma opinião da parte do DMAE em relação ao meu PL aqui, se está bom, se tem que modificar alguma coisa, eu gostaria até de... e tu podes até levar o PL aí para dar uma estudada para nós. Está bom?

Queria agradecer, então, a presença de todos. E a luta continua como nós vimos aqui, e a luta é grande. Um bom dia de trabalho para todos, obrigado.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h24min.)